

Formas e funções da cidade contemporânea: alguns aportes teóricos

Forms and functions of the contemporary city: some theoretical contributions

Formas y funciones de la ciudad contemporánea: algunas aportaciones teóricas

Douglas de Paula Flora – douglas.flora@sou.unifal-mg.edu.br
Professor da SME de Poços de Caldas/Mestre em Geografia pelo PPGeo/UNIFAL
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6455-4780>

Resumo

O presente texto tem por objetivo central realizar uma discussão conceitual sobre os processos que engendram e modificam as formas e funções das cidades. Trata-se de um trabalho embasado em fundamentação teórica que engloba autores e correntes de pensamento relacionados à geografia urbana, ao urbanismo e áreas correlatas. Constatamos que há a necessidade de levar em conta as novas dinâmicas que afetam esses espaços, especialmente aqueles ligados aos novos mecanismos de produção e reprodução da vida nas cidades. Destacamos também a relevância dos estudos clássicos sobre a temática e/ou também outros estudos recentes que denotam a relevância dessas abordagens tradicionais que lançaram bases essenciais para a compreensão desses fenômenos nos dias de hoje. Enfim, reiteramos que tal temática é de ampla e importante envergadura e que, além dos aqui citados, outros autores e linhas de pensamento também são dignos de consulta.

Palavras-chave: Formas; Funções; Cidade contemporânea.

Abstract

The main objective of this text is to conduct a conceptual discussion on the processes that shape and modify the forms and functions of cities. This work is based on theoretical foundations that encompass authors and schools of thought related to urban geography, urbanism, and related areas. We note that there is a need to take into account the new dynamics that affect these spaces, especially those linked to new mechanisms of production and reproduction of life in cities. We also highlight the relevance of classical studies on the subject and/or other recent studies that denote the relevance of these traditional approaches, which laid the essential foundations for understanding these phenomena today. Finally, we reiterate that this is a broad and important topic and that, in addition to those mentioned here, other authors and lines of thought are also worth consulting.

Key words: Forms; Functions; contemporary city

Resumen

El objetivo principal del presente texto es realizar una discusión conceptual sobre los procesos que engendran y modifican las formas y funciones de las ciudades. Se trata de un trabajo basado em fundamentos teóricos que abarca autores y corrientes de pensamiento relacionados con la geografía urbana, el urbanismo y áreas afines. Constatamos que es necesario tener en cuenta las nuevas dinámicas que afectan a estos espacios, especialmente los relacionados con los nuevos mecanismos de producción y reproducción de la vida en las ciudades. Destacamos también la relevancia de los estudios clásicos sobre el tema y/o también otros estudios recientes que denotan la relevancia de estos enfoques tradicionales que sentaron las bases esenciales para la comprensión de estos fenómenos em la actualidad. Por último, reiteramos que se trata de un tema de gran envergadura e importancia y que, además de los aquí citados, también merecen ser consultados otros autores y líneas de pensamiento.

Palavras-clave: Formas; Funciones; Ciudad contemporánea.

Recebido em: 29/11/2025
Aceito para publicação: 08/04/2026



Introdução

Como destaca Sposito (2010), o debate sobre as mudanças nas formas e nos papéis urbanos não é recente. Ainda assim, a temática permanece atual e instigante, em virtude da persistência de dúvidas teórico-conceituais e metodológicas. Nesse sentido, a autora propõe a necessidade de explorar a redefinição dessas relações à luz das profundas transformações que atravessam o processo de urbanização contemporâneo.

Sposito (1999), em oportunidade anterior, já havia apontado que as novas formas espaciais associadas à urbanização resultam em uma significativa reformulação dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais. Os fenômenos socioespaciais são, simultaneamente, produtos e produtores da realidade urbana e de suas dinâmicas. A urbanização, entendida como processo histórico e dinâmico, transforma radicalmente os elementos mais significativos do espaço urbano.

Essa nova morfologia caracteriza-se pela expansão do tecido urbano, de forma intensa, mas descontínua. Os espaços urbanos se redefinem. Ao invés de aglomerações urbanas que designam contiguidade e adensamento populacional, de infraestruturas e equipamentos, produzem-se largas tramas urbanas que se definem por uma estruturação polinucleada, interna e externamente articulada por amplos sistemas de transportes e comunicação (Sposito, 1999, p. 85).

A problemática urbana está sempre em constante evolução e mutação, principalmente considerando a cidade como a expressão de um objeto em movimento contraditório, o que, muitas vezes, dificulta a sua apreensão real (Carlos, 2007). A nível nacional ou global, definir as especificidades da cidade e do urbano sempre se mostra como um desafio, tendo em mente que essas delimitações e definições se deparam com contendidas, com maior frequência, históricas e políticas. Dentro dessa lógica, mostra-se como imprescindível refletir como esses processos impactam na organização territorial e socioespacial das cidades.

Nessa perspectiva, o seguinte texto tem como objetivo articular e apresentar uma discussão acerca das formas e funções da cidade contemporânea. O *corpus* teórico mobilizado engloba autores e correntes de pensamento relacionados à Geografia Urbana, ao Urbanismo e áreas correlatas. Inicialmente, são resgatadas algumas interpretações tradicionais que lançaram as bases essenciais para a compreensão do fenômeno urbano, focando em debates sobre

funções, crescimento e morfologia urbana. Em seguida, o texto avança para as abordagens contemporâneas, com o objetivo de questionar as interpretações estáticas da cidade. São discutidas as novas dinâmicas espaciais e os processos ligados aos novos mecanismos de produção e reprodução da vida nas cidades.

A seleção bibliográfica visa, assim, articular o diálogo entre as fundações teóricas e as análises críticas mais recentes, evidenciando as contradições e a complexidade do espaço urbano atual.

Breves apontamento sobre clássicas interpretações acerca das formas e funções da cidade

Em sua obra clássica, Beaujeu-Garnier (1980), argumenta que o surgimento e o desenvolvimento das cidades são condicionados por fatores econômicos, políticos, defensivos e geográficos. Historicamente, a cidade surgiu como um aglomerado populacional, muitas vezes fortificado, que se diferenciava do meio rural pela divisão do trabalho e pela complexidade organizacional.

Dessa forma, segundo Beaujeu-Garnier (1980), a cidade e sua estrutura urbana dispõem de três funções essenciais (figura 1). Primeiramente há as funções de enriquecimento, que são cruciais para o desenvolvimento urbano moderno. Estas envolvem a produção e acumulação de capital, os fluxos monetários e o crescimento econômico, abrangendo atividades como a indústria, o comércio, os serviços financeiros e o turismo.

Em segundo lugar, as cidades exercem funções de responsabilidade, que são fundamentais para a vida dos seus habitantes. Estas incluem a administração da cidade, a educação (desde o ensino primário ao universitário) e os serviços de saúde, garantindo o funcionamento e o bem-estar da população. Por último, existem as funções de criação e de transmissão. Distintas das anteriores, estas funções referem-se ao papel da cidade na difusão da civilização, do conhecimento e da cultura, atraindo indivíduos e instituições, e fomentando a descoberta científica e a inovação. É possível observar essas informações descritas na figura a seguir.

Figura 1 – Funções essenciais da cidade



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Beaujeu-Garnier (1980).

Souza (2005) complementa essa análise ao destacar que, em um primeiro momento, a cidade foi concebida como um local de mercado e um centro de intercâmbio, agregando bens e serviços não-agrícolas. Nesse contexto, ela atua como centro de gestão territorial, acumulando capital ao extrair excedentes agrícolas e renda fundiária, concentrando ainda as atividades industriais, comerciais e de serviços especializados.

A cidade também se configura como um espaço de difusão de bens e ideias, reunindo classes sociais não diretamente ligadas à agricultura e funcionando como núcleo da produção intelectual, artística e científica. Estruturalmente, organiza-se em áreas residenciais segregadas socioeconomicamente, centros de negócios, subcentros comerciais e zonas periurbanas (Souza, 2005).

Os estudos clássicos tendiam a tratar a cidade sobretudo como um cenário para as ações humanas, e não como um objeto autônomo de investigação. Nesse enquadramento, a superfície terrestre e a diferenciação das áreas eram consideradas elementos relevantes, mas a cidade, enquanto construção social e espacial, aparecia de forma secundária, quase sempre em segundo plano das análises (Abreu, 1994; Vasconcelos, 1994).

Em outro contexto, Monte-Mór (2006) aponta que a cidade política inicialmente exercia domínio sobre o campo por meio do controle do excedente e da centralização do poder. A cidade mercantil representou um marco de transição, ao transformar a praça de mercado no centro dinâmico de trocas e dominação econômica. Com o advento da cidade industrial, a urbanização se intensificou, e o espaço urbano passou a incorporar tanto os meios de produção quanto o proletariado. Isso submeteu o campo à lógica urbana e inseriu a própria cidade sob a lógica industrial, transformando-a em um produto das relações capitalistas, com expansão contínua e reconfiguração territorial.

No que se refere à expansão e ao crescimento urbano, Sposito (1997) discute que esses fenômenos se dão a partir de três referências principais: o crescimento demográfico, o crescimento horizontal e o crescimento vertical. O crescimento demográfico de uma cidade é definido pelo aumento do número de pessoas que habitam a área urbana. Este aumento pode ser de natureza vegetativa, resultante da reprodução natural dos indivíduos dentro da cidade, ou migratória, que ocorre quando pessoas de outras áreas se deslocam para se instalar na cidade.

Embora o referencial demográfico reflita numericamente o dinamismo do local, Sposito (1997) defende a necessidade de complementar essa análise com outros dados, como a composição da população por atividades produtivas e a apropriação da riqueza, para uma compreensão mais complexa do fenômeno urbano.

Além do aspecto populacional, a cidade também cresce em termos de sua área física. O crescimento horizontal se manifesta pela ocupação de novos territórios, frequentemente expandindo-se para áreas antes dedicadas à agricultura, pecuária ou extrativismo. Este tipo de crescimento está intrinsecamente ligado à lógica capitalista de produção, resultando na valorização e apropriação da renda fundiária. Esse processo leva à diferenciação das formas de urbanização e à criação de novos espaços, como condomínios fechados e novas vias de circulação, onde o valor do terreno e a especulação sobre as projeções futuras de lucros se tornam elementos importantes.

De acordo com Japiassú e Lins (2014), a expansão urbana, entendida operacionalmente como crescimento territorial urbano, manifesta-se

principalmente através de dois grandes tipos distintos em suas características e conseqüências: o crescimento intensivo e o crescimento extensivo.

O crescimento territorial urbano intensivo caracteriza-se pela intensificação do uso e ocupação do solo, com a cidade crescendo "para cima" por meio da verticalização, ou ainda pela fragmentação e/ou extensão de unidades residenciais, assentamentos precários, substituição familiar ou de usos que causam adensamento, além de desmembramentos ou novas etapas de parcelamento do solo em loteamentos existentes. Esse tipo de crescimento pode ocorrer de duas formas: central, com alta densidade ocupacional nos centros urbanos por meio da verticalização e fragmentação de unidades residenciais; e periférico, nas margens do centro urbano, através dos mesmos mecanismos.

Por outro lado, o crescimento territorial urbano extensivo caracteriza-se pela extensão do tecido urbano, muitas vezes referido como crescimento horizontal, que ocupa cada vez mais espaço e pode se apresentar de forma contínua, quando se conecta ao tecido urbano já consolidado, promovendo conurbação, ou descontínua, resultando em um tecido urbano esgarçado e fragmentado.

As cinco formas principais do crescimento extensivo são: (1) por dispersão urbana, marcada pela formação de núcleos secundários integrados por sistemas viários; (2) por difusão urbana, caracterizada pela propagação de aglomerados residenciais dependentes do centro, frequentemente com infraestrutura precária; (3) pela incorporação de novas áreas à mancha urbana, o que envolve a transição de terras rurais para urbanas, ampliação do perímetro urbano, da mancha edificada ou parcelamento do solo; (4) tentacular, em que a ocupação acompanha os principais eixos viários, atuando como vetores de crescimento; e (5) por anéis concêntricos, com crescimento radial e em camadas ao redor de um centro polarizado.

Essas são algumas concepções que optamos por denominar de "clássicas". Compreendemos, entretanto, que elencar todas as contribuições dessa natureza se mostra como uma tarefa complexa e demorada, uma vez que a gama de autores e correntes que se debruçaram sobre essa temática é de grande envergadura. Por outro lado, suscitamos o debate de que as interpretações que assimilam as cidades como elementos estáticos no espaço e no tempo precisam ser superadas



ou mesmo reformuladas, o que não significa ignorar ou negligenciar as análises feitas em momentos anteriores.

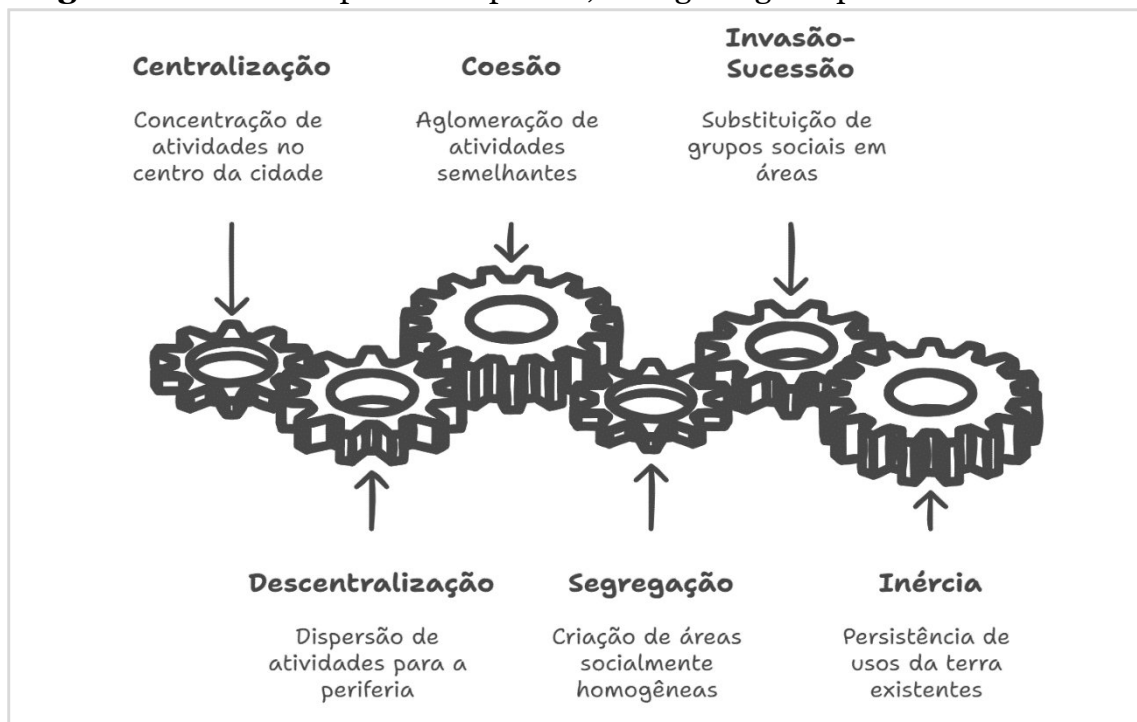
A propósito de novas definições e leituras da cidade

Carlos (1992), ressalta que as cidades não surgem apenas da presença de funções urbanas (industriais, culturais, administrativas) ou do crescimento territorial e populacional. Elas são uma construção histórica e social, fruto da ação humana e da imaginação coletiva, como propõe Rolnik (1994). A cidade é, assim, um espaço de conflitos e contradições, marcado por sua heterogeneidade e constante transformação. Não se trata de um dado natural, mas de uma realização humana situada em contextos históricos específicos.

Segundo Sposito (2010), as determinações contemporâneas do processo de urbanização redefinem a expansão territorial das cidades e as práticas socioespaciais do urbano. Durante muito tempo, interpretou-se a expansão urbana como simples adição de novas áreas ao tecido existente, gerando uma forma contínua e coesa. Contudo, prevalece atualmente uma lógica de descontinuidade, em que o crescimento urbano se dá de modo fragmentado.

Corrêa (1989, 1996) aprofunda essa discussão ao propor a ideia de um espaço urbano fragmentado, mas articulado. Trata-se de um mosaico resultante da justaposição de paisagens e usos da terra diversos, moldado por múltiplos agentes sociais. Ainda que fragmentado, o espaço urbano mantém articulações internas, expressas por fluxos de pessoas, veículos e investimentos, além de relações permeadas por poder, capital e ideologia.

A redefinição das formas espaciais por meio da fragmentação e da polinucleação (Gottdiener, 1993) traz consigo uma reformulação intrínseca dos papéis e funções da cidade, como podemos visualizar na figura 2 na página seguinte. O que antes era uma centralidade funcional, agora se manifesta em múltiplas centralidades dispersas no território, cada uma com suas especializações e lógicas de funcionamento. Essa nova morfologia não apenas reflete, mas também produz novas dinâmicas sociais e econômicas.

Figura 2 – Formas e práticas espaciais, as engrenagens que movem o urbano

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Corrêa (1989; 1996).

Nesse âmbito, a complexidade dessa estrutura polinucleada exige que se compreendam as relações de interdependência e, por vezes, de concorrência, entre esses núcleos. As funções tradicionais de habitação, trabalho e lazer, antes mais concentradas, agora se distribuem por esse mosaico descontínuo, exigindo um repensar sobre a acessibilidade e a coesão social.

Processos mais amplos como globalização, mudanças na economia ("pósfordismo"), redução do papel do Estado, migrações nacionais e internacionais, sem esquecer o papel dos movimentos sociais, são fatores que modificaram as formas das cidades, criando frequentemente novas desigualdades, sem eliminar os conflitos raciais, religiosos e políticos existentes (Vasconcelos, 2013, p. 18).

Conforme argumentou Vasconcelos (2013, p. 18) "não há espaços homogêneos, sobretudo na escala das cidades". Sob a égide de um consistente referencial teórico formado principalmente por cientistas sociais (geógrafos e sociólogos), o autor citado tratou de aprofundar a problemática acerca dos *processos e formas socioespaciais* na cidade, dividindo-os em três grandes blocos de noções (situações) que vão se desdobrar em exemplos mais específicos e explicativos, sendo elas: as noções ligadas aos espaços; as noções ligadas aos indivíduos e as noções ligadas aos espaços e aos indivíduos.

Nessas condições, Vasconcelos (2013) demonstra que a existência de modelos e procedimentos distintos de apropriação do espaço urbano são, na grande maioria das vezes, sustentados pelas lógicas históricas e econômicas imputadas aos indivíduos e seus respectivos grupos sociais. No entanto, continua o autor, é necessária certa cautela, uma vez que as estruturas espaciais das cidades diferem significativamente de acordo com cada especificidade, não sendo possível transferir automaticamente conceitos ou métodos de análise de um contexto para o outro.¹

O processo de urbanização capitalista envolve constantemente a remodelação, destruição e construção do ambiente urbano, impulsionado pela necessidade de encontrar novas avenidas para a acumulação de capital. Isso muitas vezes leva a conflitos sociais, à remoção de comunidades e à precarização da vida urbana para muitos, na medida em que o acesso ao espaço e aos recursos da cidade se torna cada vez mais mediado pelo poder de compra, ou seja, pelo valor de troca.

Essa configuração das cidades de hoje revela um complexo sistema de relações onde interesses econômicos, políticas e sociais se entrelaçam na produção do espaço urbano. Nesse cenário, a cidade não é apenas o resultado de planejamentos ou ações isoladas, mas uma expressão das dinâmicas de poder que permeiam o sistema, refletindo tanto processos de exclusão quanto de resistência.

A crítica às formas e funções da cidade contemporânea exige, portanto, uma ampliação do escopo teórico que vá além das interpretações utilitaristas da cidade. Choay (2001), por exemplo, ao discutir os modelos urbanísticos dominantes ao longo da história, aponta para a recorrente tensão entre duas lógicas: a do funcionalismo tecnocrático, que busca ordenar a cidade segundo critérios racionais, e a do urbanismo progressista, que valoriza a diversidade, o uso misto e a participação social. Nas cidades atuais, essa tensão se manifesta na predominância de formas estéreis, especialmente controladas, que desconsideram as dinâmicas sociais vivas e informais.

¹Deve ser observado que as noções de exclusão/inclusão são mais voltadas aos indivíduos; as de diferenciação socioespacial, desigualdade socioespacial, justaposição, separação, divisão em partes e fragmentação estariam mais voltadas aos exames de áreas; enquanto as de segregação e seus derivados, a de *apartheid*, agrupamento, fortificação, polarização, dualização, “gentrificação”, invasão, marginalização, periferação e abandono (de áreas) podem ser utilizados para indivíduos e áreas” (Vasconcelos, 2013, p. 32-33).

Jacobs (2011) denunciou a destruição da “vida urbana” promovida por intervenções que privilegiavam funções isoladas, como vias expressas e zonas exclusivas de comércio ou habitação. Para a autora, a vitalidade urbana depende da mistura de usos, da densidade populacional e da interação cotidiana, elementos frequentemente suprimidos em projetos urbanos atuais voltados à eficiência e à segregação funcional.

A fragmentação das formas e a especialização das funções também foram objeto de análise de Castells (1983), que compreende a cidade como um espaço articulado por redes de fluxos, de informação, de poder, que tendem a criar zonas de centralidade funcional desconectadas do tecido social e territorial tradicional. Sua noção de “cidade informacional” e de “espaço dos fluxos” é central para entender como as novas funções da cidade sobretudo ligadas ao consumo, ao turismo e à circulação de capital global remodelam formas urbanas, muitas vezes substituindo a centralidade cívica por centralidades corporativas e tecnológicas.

Nesse sentido, Santos (1996), propõe a coexistência contraditória de dois circuitos da economia urbana: o circuito superior, tecnificado e globalizado, e o circuito inferior, marcado pela informalidade e pela precariedade. Para o autor, essa dualidade se expressa diretamente nas formas urbanas, que ora revelam enclaves sofisticados conectados à lógica global, ora abrigam práticas de sobrevivência cotidiana, e nas funções que essas formas cumprem, frequentemente desiguais e assimétricas. A cidade, assim, deixa de ser uma totalidade funcional para se configurar como um espaço de conflitos entre tempos, técnicas e interesses distintos.

Complementando essa perspectiva, Harvey (1980) argumenta que tanto as formas quanto as funções urbanas são moldadas pelas exigências da acumulação capitalista. O crescimento urbano, longe de ser um reflexo espontâneo da vida social, é constantemente reorganizado para garantir a circulação e valorização do capital. Nesse processo, funções urbanas como habitação, lazer e mobilidade passam a ser tratadas como mercadorias, e as formas urbanas resultantes como condomínios fechados, zonas exclusivas de serviços e espaços de consumo refletem uma lógica de produção do espaço voltada à geração de lucro e ao controle social.

Como consequência dessa complexa rede de processos e lógicas, as formas e funções urbanas se manifestam de maneiras distintas e com intensidades

variadas, a depender da dimensão e da posição da cidade na hierarquia territorial. Em uma metrópole, por exemplo, a fragmentação e a especialização funcional tendem a ser mais acentuadas, com a presença de múltiplas centralidades articuladas por fluxos globais de capital e informação. Já em cidades médias e de pequeno porte, essas características podem ser menos pronunciadas, mas ainda assim visíveis nos processos de periferização e na dualidade entre os circuitos econômicos.

O crescimento territorial e a expansão urbana, seja ele intensivo ou extensivo, bem como as dinâmicas de apropriação do solo, não se apresentam de forma homogênea, mas se reconfiguram em cada escala, revelando as particularidades históricas e econômicas de cada núcleo urbano.

Considerações finais

A compreensão das formas e funções da cidade contemporânea exige uma abordagem que vá além do estático, reconhecendo o dinamismo e as contradições intrínsecas ao espaço urbano. A cidade não é apenas um palco para as atividades humanas, mas um objeto em constante movimento, onde a redefinição de suas formas e funções é um reflexo direto das profundas transformações socioespaciais. O crescimento, seja ele demográfico, horizontal ou vertical, está intrinsecamente ligado à lógica capitalista, que impulsiona a valorização do solo e a especulação imobiliária, criando novas desigualdades sem eliminar as antigas.

Essa nova morfologia urbana, caracterizada pela fragmentação e pela estrutura polinucleada reconfigura as práticas e os papéis tradicionais da cidade. O que antes era concentrado em uma única centralidade, agora se dispersa em múltiplos núcleos, cada um com suas especializações e interdependências. Os processos mais amplos da globalização, as mudanças econômicas e as migrações remodelam as cidades, fazendo com que as funções de habitação, trabalho e lazer se distribuam por um mosaico descontínuo. Nesse cenário, a cidade emerge como um espaço de conflitos entre diferentes tempos, técnicas e interesses, onde a produção do espaço está diretamente ligada à acumulação de capital e aos impasses sociais.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Referências

- ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CARLOS, A. F. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, pp.123.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000 (5a ed.).
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 312 p. (Coleção Ponta; 5).
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- JAPIASSÚ, A. T.; LINS, R. D, B. As diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã/SP, v. 2, n. 13, p. 15-25, 2014.
- MONTE-MOR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], n. 111, p. 09-18, 2011.
- ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.
- SPOSITO, E.S. **Cidades, urbanização, metropolização**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, 1997
- SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Org.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SPOSITO, M. E. B. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **Revista Cidades**, Brasil, v. 7, n. 11, 2010.

VASCONCELOS, P. A. A cidade da geografia no Brasil. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 63-78.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades”. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013b, pp. 17-37.